



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 305/2026

**Licitante:** Prefeitura Municipal de Glória – BA

**Edital de Pregão Eletrônico nº.:** 007/2026

**Processo Administrativo nº.:** 305/2026

**Objeto:** Contratação de empresa para aquisição de materiais de consumo e expediente para atender as necessidades da organização do Desfile Cívico de 07 de setembro de 2026 no Município de Glória/BA.

**Valor estimado:** R\$ 242.220,14 (Duzentos e quarenta e dois mil, duzentos e vinte reais e quatorze centavos).

**Critério de Julgamento:** Menor Preço por Lote Único

**Modo de disputa:** ABERTO

**A sessão pública será realizada no site:** [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br)

**Período para acolhimento das propostas será dia:** 20/07/2026 às 14:00 horas até 31/07/2026 às 08:59

**A abertura das propostas será dia:** 31/07/2026 às 09:00h.

**O início da Sessão de Disputa será dia:** 31/07/2026 às 09:00h

**RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ:** 23:59 horas do dia 28/07/2026.

**RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ:** 23:59 horas do dia 28/07/2026.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Glória- BA, por meio do CNPJ: 14.217.335/0001-70, por meio do Pregoeiro Oficial, nomeado através da Portaria nº 054, de 02 de janeiro de 2025 – SETOR DE LICITAÇÃO, sediado na Av. Presidente Ernesto Geisel, nº. 48, Centro, Glória - BA, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 003 de 02 de janeiro de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa para aquisição de materiais de consumo e expediente para atender as necessidades da organização do Desfile Cívico de 07 de setembro de 2026 no Município de Glória/BA.

- 1.1. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em agrupamento dos itens em único lote, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

### 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos Recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2026, Recursos ordinários conforme a seguir:

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

|                      |                                                                                                                                                         |
|----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Órgão:               | 03.09.00 – Secretaria de Educação<br>03.09.53 - FUNDEB                                                                                                  |
| Atividade:           | 2065 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO<br>2067 – GESTÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO<br>2041 – GESTÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL-FUNDAMENTAL 30% |
| Elemento da Despesa: | 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO                                                                                                                          |
| Fonte:               | 1500/1550/1540/1542                                                                                                                                     |

2.2. A cada exercício financeiro, deverá ser confirmada a disponibilidade de créditos orçamentários.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br).

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br), para suporte a plataforma - telefone: (31) 3191-0707

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br), relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/06 e do Decreto nº 8.538/15.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do Ente ou Entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133/21.

3.7.12. Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

3.7.13. Estejam impedidas de licitar e contratar com o Ente Licitante, nos termos do art.º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei no 14.133/2021;

3.7.14. Tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Ente Licitante, nos termos art. 156, III, da Lei no 14.133/2021;

3.7.15. Em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei no 8.429/92.

3.8. Os impedimentos de que tratam os itens 3.7.4, 3.7.12, 3.7.13, 3.7.14 e 3.7.15. serão também aplicados ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do Ente ou Entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/21.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br), a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/21.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/21.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/21, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
  - 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
  - 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o Ente ou Entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.16. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, o qual será convocado em campo próprio do sistema.
- 4.17. Após convocação via sistema, o licitante melhor classificado terá o prazo de até 02 (duas) horas para envio de documentos de habilitação.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do Lote;

5.1.2. Marca; se for o caso

5.1.3. Fabricante; se for o caso

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (Cem reais).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
  - 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
  - 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br), quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/06, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538/15.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/21, nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do Ente ou Entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por Ente ou Entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187/09.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/21, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429/92.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN n.º 3/18, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN n.º 3/18, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN n.º 3/18, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no arts. 29 a 35 da IN SEGES n.º 73/22.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133/21.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660/16, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por Ente ou Entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei n.º 14.133/21).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

### 8.10. Habilitação jurídica:

8.10.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

8.10.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.10.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.10.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

8.10.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.10.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

8.10.7. No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.

8.10.8. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971

8.10.9. No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do artigo nos termos da legislação correspondente;

8.10.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 8.11. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

8.11.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e/ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.11.2. Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;

8.11.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.11.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.11.5. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.11.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.11.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.11.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

8.11.9. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.11.10. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

### 8.12. Qualificação Econômico-Financeira:

8.12.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.12.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

8.12.3. Os documentos referidos no item 8.12.2, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.12.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação, ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme artigo 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

8.12.4.1. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.12.4.2. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.12.5. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.12.6. As empresas, cadastradas ou não, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar Capital Social de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

8.12.7. Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, caput e §5º, da Lei 14.133/21, pois permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

### 8.13. Qualificação Técnica:

8.13.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.13.2. O licitante disponibilizará, caso necessário, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.13.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor

8.13.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### 8.14. Documentações Complementares

8.14.1. Comprovação da Autorização de Funcionamento – ALVARÁ - da empresa participante da licitação com data vigente.

8.14.2. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

8.14.3. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

8.14.4. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021.

8.14.5. Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

8.14.6. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.14.7. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

8.14.8. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.14.9. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.14.10. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.14.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.14.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.14.13. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.14.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64).

8.14.15. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8.14.16. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da IN SEGES n.º 73/22.

8.14.17. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.18. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

8.15.1. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

8.15.2. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para sistema [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br), no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

8.16. Encerrado o prazo para envio da documentação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

- a) complementação de informações acerca de documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- c) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- d) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

8.16.1. A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 8.18. e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 8.16.1., o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br).

8.17.1. O prazo para envio dos documentos complementares é de, no mínimo, 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

8.17.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

8.17.3. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

8.18. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

8.18.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

8.18.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

8.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

8.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br).

## 10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

10.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam

10.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br), sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação

## 13. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS/PRODUTOS

13.1. A partir da Ordem de Fornecimento/Serviço, designada pela Secretaria responsável.

13.2. A empresa contratada deverá realizar a entrega dos itens **em até 15 dias úteis** após o recebimento da solicitação formal da Secretaria Municipal de Educação.

✓ Local de entrega: Secretaria Municipal de Educação.

✓ Setor: Financeiro

✓ Horário: 7h às 17h

13.3. Na hipótese de constatação de anomalia que comprometa o objeto deste Edital, bem como se constatado divergência entre as atividades ofertadas e as entregues, as mesmas serão rejeitadas, conforme dispõe o art. 140 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.4. Ocorrendo rejeição dos serviços/produtos, o Contratado deverá substituí-los imediatamente após ter sido comunicado da citada rejeição, sem ônus para o Contratante, sob pena de o não fazendo, ensejar nas sanções cominadas em Lei.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

## 14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.6. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

14.7. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.8. A contratada reconhece que as hipóteses de extinção do contrato são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

14.9. O prazo do contrato será de 02 (dois) meses, contados da assinatura, na forma do art. 105, da Lei 14.133/2021.

14.10. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.11. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.12. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## 15. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

15.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

15.2. O valor do contrato será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, tomando-se por base a data da apresentação da proposta.

15.3. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

15.4. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

15.5. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

15.6. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

### **16. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

16.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

16.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

16.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

16.5. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

16.6. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

16.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

16.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

16.9. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

16.10. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei 14.133/2021.

16.11. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado não poderá subcontratar partes do serviço.

### **17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

#### **17.1. Das Obrigações do Contratante**

17.1.1. São obrigações da contratante:

17.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;

17.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens e produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

17.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

17.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

17.1.6. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

17.1.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **17.2. Das Obrigações da Contratada**

17.2.1. São obrigações da contratada:

17.2.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

17.2.3. Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados.

17.2.4. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca.

17.2.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

- 17.2.6. Substituir, reparar ou corrigir, as suas expensas, no prazo fixado neste Termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 17.2.7. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 17.2.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 17.2.9. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 17.2.10. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.
- 17.2.11. Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

### 18. DO PAGAMENTO

- 18.1. O fornecimento será realizado, de acordo com a demanda da Secretaria de Educação.
- 18.2. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 18.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do Art. 90, §21 da Lei no 14.133/2021.
- 18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 18.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.9. Além do disposto no subitem acima, poderá a autoridade competente, na forma do art. 9o da Medida Provisória no 1.047/21, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a Seguridade Social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços.
- 18.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

18.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

19.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

19.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

19.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

19.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

19.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

19.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

19.1.5. fraudar a licitação

19.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

19.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

19.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

19.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

19.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

19.2.1. advertência;

19.2.2. multa;

19.2.3. impedimento de licitar e contratar e

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

19.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

19.3.2. as peculiaridades do caso concreto

19.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

19.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

19.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

19.4.1. Para as infrações previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

19.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Ente ou Entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

19.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 19.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do Ente ou Entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

19.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

20.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

20.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br).

20.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

20.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

21.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

21.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br) e, também poderão ser lidos e/ou obtidos no Portal da Transparência da <https://transparencia.gloria.ba.gov.br/licitacoes.php>.

21.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

21.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços

21.11.3. ANEXO III– Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021).

21.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

21.11.5. ANEXO V – Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021).

21.11.6. ANEXO VI- Modelo Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, inciso VI, da Lei 14.133/2021).

21.11.7. ANEXO VII- Modelo de Declaração do Porte da empresa.

Glória- BA, 17 de julho de 2026.

Deusângela Campos Nunes Bacelar  
Secretário Municipal de Educação.

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i”, da Lei n. 14.133/2021).

**OBJETO:** Aquisição de Materiais de Consumo e Expediente para Atender às Necessidades da Organização do Desfile Cívico de 07 de setembro de 2026 no Município de Glória – BA.

#### 1.1. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADE

| ITEM | DESCRIPTIVO                                                                         | U. MEDIDA | QUANT. | VL. UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------|--------|--------------|-------------|
| A001 | AGULHA PARA COSTURA Nº 12 - Pacote com 10 unidades                                  | PACOTES   | 2      | 6,70         | 13,40       |
| A002 | AGULHA PARA COSTURA Nº 8 - Pacote com 10 unidades                                   | PACOTES   | 2      | 5,93         | 11,86       |
| A003 | ARAME GALVANIZADO Nº 18 - 1,24mm rolo 1kg                                           | ROLOS     | 6      | 41,06        | 246,36      |
| A004 | AVIAMENTOS PASSAMANARIA - 10mm peça 10 metros                                       | PEÇAS     | 6      | 38,32        | 229,92      |
| A005 | BALÃO DE LATEX EM FORMATO DE CORAÇÃO 25CM                                           | UNIDADES  | 5      | 18,18        | 90,90       |
| A006 | BALÃO Nº 12 - Latéx, 12 pol.30cm, pacote c/ 50                                      | PACOTES   | 92     | 24,48        | 2.252,16    |
| A007 | BAMBOLE – CORES SORTIDA 60CM                                                        | UNIDADES  | 180    | 8,46         | 1.522,80    |
| A008 | BAMBOLE – CORES SORTIDA 65CM                                                        | UNIDADES  | 50     | 9,15         | 457,50      |
| A009 | BANDEIRA DA BAHIA - Em tecido poliéster com ilhós. 150cm (largura) x 90cm (altura)  | UNIDADES  | 5      | 131,76       | 658,80      |
| A010 | BANDEIRA DA BAHIA - Em tecido poliéster com ilhós. 96cm (largura) x 63cm (altura)   | UNIDADES  | 1      | 108,85       | 108,85      |
| A011 | BANDEIRA DA CHINA - Em tecido poliéster com ilhós. 150cm (largura) x 90cm (altura)  | UNIDADES  | 1      | 118,54       | 118,54      |
| A012 | BANDEIRA DO BRASIL - Em tecido poliéster com ilhós. 150cm (largura) x 90cm (altura) | UNIDADES  | 5      | 172,44       | 862,20      |
| A013 | BANDEIRA DO BRASIL - Em tecido poliéster com ilhós. 96cm (largura) x 63cm (altura)  | UNIDADES  | 1      | 101,33       | 101,33      |
| A014 | BANDEIRA DO MÉXICO - Em                                                             | UNIDADES  | 1      | 115,94       | 115,94      |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

|      |                                                                                               |             |     |        |          |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-----|--------|----------|
|      | tecido poliéster com ilhós. 150cm (largura) x 90cm (altura)                                   |             |     |        |          |
| A015 | <b>BANDEIRA DO MUNICÍPIO</b> - Em tecido poliéster com ilhós. 150cm (largura) x 90cm (altura) | UNIDADES    | 5   | 182,88 | 914,40   |
| A016 | <b>BANDEIRA DO MUNICÍPIO</b> - Em tecido poliéster com ilhós. 96cm (largura) x 63cm (altura)  | UNIDADES    | 1   | 124,18 | 124,18   |
| A017 | <b>BARBANTE CRU</b> – Nº06 1KG                                                                | QUILOGRAMAS | 5   | 24,70  | 123,50   |
| A018 | <b>BARBANTE DE ALGODÃO</b> - Algodão Crú 4/8 Fios 250g 180 mt                                 | ROLOS       | 25  | 8,00   | 200,00   |
| A019 | <b>BARBANTE DE NYLON</b> – ENCERADO Nº05 250G 130°COM AMARRAÇÃO                               | ROLOS       | 5   | 60,93  | 304,65   |
| A020 | <b>BARBANTE DE SISAL</b> - Fio de Sisal 500 metros x 2mm                                      | ROLOS       | 28  | 17,34  | 485,52   |
| A021 | <b>BICO DE CAMBRAIA AZUL</b> – BORDADO INGLÊS 10CM LARG. 13.70M                               | PEÇAS       | 30  | 40,39  | 1.211,70 |
| A022 | <b>BOBINA DE SACO TRANSPARENTE</b> – SACO PLÁSTICO PICOTADO 20X30. 500 SACOS                  | ROLOS       | 2   | 20,68  | 41,36    |
| A023 | <b>BOBINA DE SACO TRANSPARENTE</b> – SACO PLÁSTICO PICOTADO 30X40. 500 SACOS                  | ROLOS       | 2   | 22,70  | 45,40    |
| A024 | <b>BOIA MACARRÃO</b>                                                                          | UNIDADES    | 30  | 13,21  | 396,30   |
| A025 | <b>BOINA</b> – MALHA 100% ALGODÃO                                                             | UNIDADES    | 50  | 25,73  | 1.286,50 |
| A026 | <b>BOLA DE ASSOPRO Nº 09</b> - Pacote c/ 50                                                   | PACOTES     | 270 | 13,64  | 3.682,80 |
| A027 | <b>BOLA DE ISOPOR</b> - BOLA DE ISOPOR - Bola de isopor maciça tamanhos variados, artesanato  | UNIDADES    | 99  | 28,66  | 2.837,34 |
| A028 | <b>BORDADO INGLÊS BICOLOR</b> – 10CM LARG. 13.70M                                             | PEÇAS       | 2   | 77,43  | 154,86   |
| A029 | <b>BOTÕES COLORIDOS VARIADOS</b> - Mix sortido tamanho e cores Pacote c/100g                  | PACOTES     | 4   | 30,21  | 120,84   |
| A030 | <b>CARTOLINA COMUM AMARELA</b> - Escolar, 48X66, fosco 120g                                   | UNIDADES    | 280 | 2,00   | 560,00   |
| A031 | <b>CARTOLINA DECORADA DESENHOS VARIADOS</b> - 270g, 50x70 cm                                  | UNIDADES    | 50  | 2,87   | 143,50   |
| A032 | <b>CARTOLINA GUACHE</b> - Dupla Face Color Set 48x66cm                                        | UNIDADES    | 320 | 3,94   | 1.260,80 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

|      |                                                                                          |          |     |       |          |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------|----------|-----|-------|----------|
| A033 | <b>CARTOLINA LAMINADA</b> - Laminado, 48x60cm                                            | UNIDADES | 170 | 4,16  | 707,20   |
| A034 | <b>CARTOLINA TRABALHADA</b> - 110g 48 X 66cm                                             | UNIDADES | 550 | 2,04  | 1.122,00 |
| A035 | <b>CLIPS GALVANIZADO Nº 2</b> - Clips Galvanizado Aço, 2/0, Caixa com 725 unidades       | CAIXAS   | 15  | 22,32 | 334,80   |
| A036 | <b>CLIPS GALVANIZADO Nº 6</b> - Clips Galvanizador 6/0 Cx 50 Unidades                    | CAIXAS   | 10  | 6,31  | 63,10    |
| A037 | <b>COLA BRANCA</b> - Branca, secagem transparente, atóxica, 110g                         | UNIDADES | 120 | 4,25  | 510,00   |
| A038 | <b>COLA BRANCA</b> - Branca, secagem transparente, atóxica, 1000g                        | LITROS   | 8   | 26,03 | 208,24   |
| A039 | <b>COLA COLORIDA</b> - 23g caixa c/6                                                     | CAIXAS   | 25  | 16,31 | 407,75   |
| A040 | <b>COLA DE ARTESÃO (SILICONE LÍQUIDO)</b> - Pote 100ml                                   | TUBOS    | 130 | 10,15 | 1.319,50 |
| A041 | <b>COLA DE ISOPOR</b> - 90g caixa c/12                                                   | CAIXAS   | 70  | 72,83 | 5.098,10 |
| A042 | <b>COLA DE TECIDO</b> - Pote 35g                                                         | UNIDADES | 5   | 5,30  | 26,50    |
| A043 | <b>COLA DIMENSIONAL TINTA RELEVO</b> – COLA RELEVO DIMENSIONAL METALLIC 3D C/6 Tubo 35ml | CAIXAS   | 20  | 16,52 | 330,40   |
| A044 | <b>COLA GLITTER CORES VARIARES</b> - 23g caixa c/6                                       | CAIXAS   | 40  | 22,46 | 898,40   |
| A045 | <b>COLA PANO COM BICO APLICADOR</b> – 100GR                                              | UNIDADES | 5   | 16,92 | 84,60    |
| A046 | <b>COLA PANO COM GLITTER AMARELO</b> – 100GR                                             | UNIDADES | 25  | 21,34 | 533,50   |
| A047 | <b>COLA TEK BONDER</b> - 793 - 100 g                                                     | UNIDADES | 80  | 41,75 | 3.340,00 |
| A048 | <b>CORDA ALGODÃO</b> - 10mm 30 metros                                                    | ROLOS    | 1   | 45,51 | 45,51    |
| A049 | <b>CORDA DE SISAL</b> - 6MM                                                              | METROS   | 40  | 41,09 | 1.643,60 |
| A050 | <b>CORDÃO DE ALGODÃO</b> - Barbante algodão 4/12 rolo c/ 120mt                           | ROLOS    | 5   | 16,34 | 81,70    |
| A051 | <b>CORDÃO DE CETIM DOURADO</b> – Tamanhos variados c/ 100 metros                         | ROLOS    | 16  | 36,93 | 590,88   |
| A052 | <b>CORDÃO DE NYLON 10MM</b> - Fio De Nylon, 0,20 mm, Rolo c/ 100mt                       | ROLOS    | 2   | 5,18  | 10,36    |
| A053 | <b>CORDÃO RABO DE RATO</b> –                                                             | ROLOS    | 20  | 23,08 | 461,60   |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

|      |                                                                             |          |      |        |           |
|------|-----------------------------------------------------------------------------|----------|------|--------|-----------|
|      | 3,0MM c/ 100 metros polipropileno                                           |          |      |        |           |
| A054 | <b>DUREX COLORIDO</b> - Fita Adesiva Escolar Colorida 12mm X 10m 10         | UNIDADES | 300  | 11,34  | 3.402,00  |
| A055 | <b>E.V.A. ATOALHADO</b> - Placa de EVA Atoalhado 40x48cm                    | FOLHAS   | 900  | 9,94   | 8.586,00  |
| A056 | <b>E.V.A. COM GLITTER</b> - 40X48 com glitter                               | FOLHAS   | 1500 | 5,88   | 8.820,00  |
| A057 | <b>E.V.A. LISO</b> - 40 X 60                                                | FOLHAS   | 1600 | 6,64   | 10.624,00 |
| A058 | <b>ELÁSTICO</b> - 10mm, branco, peça com 10 metros                          | PEÇAS    | 10   | 26,24  | 262,40    |
| A059 | <b>ELÁSTICO</b> - 14mm, branco, rolo com 25 metros                          | ROLOS    | 30   | 83,12  | 2.493,60  |
| A060 | <b>ELÁSTICO</b> - 5cm, branco, rolo com 10 metros                           | ROLOS    | 30   | 16,07  | 482,10    |
| A061 | <b>ESPUMA</b> - D20 BRANCA 1CM DE ESPESSURA 1,90X1M                         | METROS   | 5    | 18,79  | 93,95     |
| A062 | <b>ESTILETE ESTREITO</b> - 9mm                                              | UNIDADES | 20   | 1,94   | 38,80     |
| A063 | <b>ESTILETE LARGO</b> - 18mm                                                | UNIDADES | 85   | 4,29   | 364,65    |
| A064 | <b>FELTRO</b> - 1,40 MT largura                                             | METROS   | 800  | 21,41  | 17.128,00 |
| A065 | <b>FITA ADESIVA</b> - 12MMX30M, PAC. C/ 10                                  | PACOTES  | 13   | 17,52  | 227,76    |
| A066 | <b>FITA ADESIVA</b> - 48MM X 100M                                           | UNIDADES | 130  | 14,97  | 1.946,10  |
| A067 | <b>FITA BANANA</b> - ADESIVA DE ESPUMA DUPLA FACE 19MM X 5,5M               | PEÇAS    | 5    | 20,77  | 103,85    |
| A068 | <b>FITA CREPE</b> - 24mm x 50m                                              | UNIDADES | 5    | 7,70   | 38,50     |
| A069 | <b>FITA DE CETIM</b> - Espessuras variadas com 10 metros                    | PEÇAS    | 1434 | 20,15  | 28.895,10 |
| A070 | <b>FITA DECORATIVA CORES VARIADAS</b> - Fita decorativa plástica 15mmx50mts | PEÇAS    | 150  | 9,71   | 1.456,50  |
| A071 | <b>FITA DUPLA FACE</b> - Espessuras variadas com 10 metros                  | PEÇAS    | 157  | 30,78  | 4.832,46  |
| A072 | <b>FITA DUPLA FACE FIXA FORTE</b> - ACRILICA 19X2M                          | PEÇAS    | 10   | 23,78  | 237,80    |
| A073 | <b>FITA DUPLA FACE LEITOSA</b> - 19MMX20MX10M                               | PEÇAS    | 22   | 42,94  | 944,68    |
| A074 | <b>FITA EVA ESPUMA VEDAÇÃO AUTOCOLANTE</b> - 5mmx25mmx10mts                 | PEÇAS    | 15   | 32,42  | 486,30    |
| A075 | <b>FITILHO DECIRATIVO AZUL CELESTE</b> - 05MMX50M                           | UNIDADES | 100  | 24,72  | 2.472,00  |
| A076 | <b>BUQUÊ DE FLORES ARTIFICIAIS</b> - PLANTA DE PLÁSTICO REALISTA            | UNIDADES | 10   | 173,93 | 1.739,30  |
| A077 | <b>FLORES ARTIFICIAIS GIRASSOL</b> - Cetim 4cm pacote c/                    | UNIDADES | 1    | 29,95  | 29,95     |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

|      |                                                                                |          |     |        |           |
|------|--------------------------------------------------------------------------------|----------|-----|--------|-----------|
|      | 100                                                                            |          |     |        |           |
| A078 | FRANJA DOURADA E PRATEADA – 5,0CM peça com 10 metros                           | PEÇAS    | 16  | 86,44  | 1.383,04  |
| A079 | FRANJÃO DOURADO E PRATEADO – 10,0CM peça com 10 metros                         | ROLOS    | 8   | 89,94  | 719,52    |
| A080 | GLITTER - 3,0g                                                                 | UNIDADES | 60  | 1,90   | 114,00    |
| A081 | GRAMPO 26/6 – CX 500                                                           | UNIDADES | 1   | 12,40  | 12,40     |
| A082 | ISOPOR - Placa de isopor com espessuras variadas x 1 metro                     | FOLHAS   | 234 | 78,39  | 18.343,26 |
| A083 | NOVELO DE LÃ - Novelo de lã 40g                                                | UNIDADES | 50  | 6,18   | 309,00    |
| A084 | LANTEJOLA - Pote 2g                                                            | POTES    | 50  | 1,60   | 80,00     |
| A085 | LANTEJOLA CORDÃO DOURADO – 6MM c/10M                                           | PEÇAS    | 5   | 44,19  | 220,95    |
| A086 | LASTEX - Fio elástico lastex - tubo c/ 10 metros                               | TUBOS    | 30  | 4,35   | 130,50    |
| A087 | LUVA BRANCA TAM. P-M-G – PROTEÇÃO HELANCA MALHA LISA POLIAMIDA.                | PARES    | 141 | 28,88  | 4.072,08  |
| A088 | MARCADOR DE CD PONTA DUPLA - Marcador permanente cd e dvd ponta dupla          | UNIDADES | 10  | 6,38   | 63,80     |
| A089 | MASTRO                                                                         | UNIDADES | 20  | 133,20 | 2.664,00  |
| A090 | MIÇANGA CRISTAL – Tamanhos variados pacote ½ kg                                | PACOTES  | 12  | 79,47  | 953,64    |
| A091 | MIÇANGA DE PLÁSTICO - Sortido, pacote 50g                                      | PACOTES  | 2   | 62,67  | 125,34    |
| A092 | MIÇANGA VARIADAS CORES SORTIDAS - Miçanga de vidro sortido 6/0 pacote com 500g | PACOTES  | 2   | 66,64  | 133,28    |
| A093 | OLHO MÓVEL – Espessuras e tamanhos variados EM PLÁSTICO C/100                  | PACOTES  | 10  | 24,39  | 243,90    |
| A094 | PALITO PARA CHURRASCO - Pacote c/ 50                                           | PACOTES  | 29  | 7,13   | 206,77    |
| A095 | PALITO PARA PICOLÉ - Pacote com 100                                            | PACOTES  | 30  | 6,17   | 185,10    |
| A096 | PAPEL 40 - 40kg                                                                | FOLHAS   | 80  | 2,68   | 214,40    |
| A097 | PAPEL ADESIVO CONTACT AMARELO - Rolo 45 Cm x 1 M                               | ROLOS    | 150 | 59,72  | 8.958,00  |
| A098 | PAPEL ÁGUA - Papel nacarado 50x90cm                                            | FOLHAS   | 100 | 3,86   | 386,00    |
| A099 | PAPEL CARTÃO - 48X66cm 180gr                                                   | FOLHAS   | 100 | 1,39   | 139,00    |
| A100 | PAPEL CELOFONE - 85x70cm                                                       | FOLHAS   | 60  | 1,18   | 70,80     |
| A101 | PAPEL COLOR SET CORES                                                          | FOLHAS   | 17  | 1,26   | 21,42     |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

|             |                                                                                              |          |     |       |          |
|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|----------|-----|-------|----------|
|             | <b>SORTIDAS - 48x66cm 120g</b>                                                               |          |     |       |          |
| <b>A102</b> | <b>PAPEL CREPOM - 48cm X 2mts</b>                                                            | FOLHAS   | 400 | 1,86  | 744,00   |
| <b>A103</b> | <b>PAPEL FOTOGRÁFICO - 180 g glossy brilho a4 100 folhas</b>                                 | PACOTES  | 40  | 30,15 | 1.206,00 |
| <b>A104</b> | <b>PAPEL FOTOGRÁFICO AUTO ADESIVO - gramatura 180 (130g) C/50</b>                            | PACOTES  | 37  | 42,30 | 1.565,10 |
| <b>A105</b> | <b>PAPEL KRAFT - 180gr a4 pc c/ 100</b>                                                      | PACOTES  | 2   | 45,75 | 91,50    |
| <b>A106</b> | <b>PAPEL LAMINADO - A4, 250 gramas</b>                                                       | FOLHAS   | 800 | 1,65  | 1.320,00 |
| <b>A107</b> | <b>PAPEL MADEIRA - 66X96cm</b>                                                               | FOLHAS   | 130 | 1,44  | 187,20   |
| <b>A108</b> | <b>PAPEL MICROONDULADO - 50 x 80 cm 190 g</b>                                                | UNIDADES | 200 | 4,88  | 976,00   |
| <b>A109</b> | <b>PAPEL OPALINE - PC. COM 50</b>                                                            | UNIDADES | 7   | 16,52 | 115,64   |
| <b>A110</b> | <b>PAPEL PANAMA - 2.2mm de A4 C/10</b>                                                       | PACOTES  | 2   | 13,76 | 27,52    |
| <b>A111</b> | <b>PAPEL PARANA - 4 x 21 x 29.7 cm</b>                                                       | UNIDADES | 60  | 8,37  | 502,20   |
| <b>A112</b> | <b>PAPEL SEDA - 50x70</b>                                                                    | UNIDADES | 100 | 0,51  | 51,00    |
| <b>A113</b> | <b>PAPEL SULFITE - 100 folhas a4 75g</b>                                                     | PACOTES  | 8   | 6,98  | 55,84    |
| <b>A114</b> | <b>PAPEL VELUDO</b>                                                                          | UNIDADES | 150 | 2,00  | 300,00   |
| <b>A115</b> | <b>PAPEL VERGÊ - PC COM 50</b>                                                               | PACOTES  | 5   | 18,31 | 91,55    |
| <b>A116</b> | <b>PENAS COLORIDAS - Pacote c/ 100</b>                                                       | UNIDADES | 20  | 19,23 | 384,60   |
| <b>A117</b> | <b>PERCEVEJO (tachinhas)C/100</b>                                                            | CAIXAS   | 4   | 6,03  | 24,12    |
| <b>A118</b> | <b>PIÃO – Em madeira 8cm</b>                                                                 | UNIDADES | 4   | 5,28  | 21,12    |
| <b>A119</b> | <b>PINCEIS NUMERAÇÕES VARIADAS - Pincel chato, amarelo</b>                                   | UNIDADES | 201 | 12,64 | 2.540,64 |
| <b>A120</b> | <b>PINCEL PERMANENTE - CX C/ 12</b>                                                          | CAIXAS   | 30  | 20,92 | 627,60   |
| <b>A121</b> | <b>PISTOLA DE COLA QUENTE – Grande</b>                                                       | UNIDADES | 50  | 34,58 | 1.729,00 |
| <b>A122</b> | <b>PISTOLA P/ COLA QUENTE - Pequena</b>                                                      | UNIDADES | 50  | 31,23 | 1.561,50 |
| <b>A123</b> | <b>PLÁSTICO PARA PLASTIFICAÇÃO – 220X307MM espessura 125 micras. PACOTE COM 100 UNIDADES</b> | PACOTES  | 5   | 54,96 | 274,80   |
| <b>A124</b> | <b>PLASTICO POUCH FILM - A4 220x307 0.05 com 100 unidades</b>                                | PACOTES  | 2   | 51,53 | 103,06   |
| <b>A125</b> | <b>REFIL COLA QUENTE GROSSO - Pacote 1kg</b>                                                 | UNIDADES | 29  | 34,04 | 987,16   |
| <b>A126</b> | <b>REFIL DE COLA QUENTE FINA - Pacote 1kg</b>                                                | UNIDADES | 21  | 31,35 | 658,35   |

|                    |                                                                     |             |      |       |                       |
|--------------------|---------------------------------------------------------------------|-------------|------|-------|-----------------------|
| A127               | RÉGUA – Poliestireno 50cm                                           | UNIDADES    | 5    | 2,69  | 13,45                 |
| A128               | SACOLA PLÁSTICA COM ALÇA – Reciclada 50x60                          | QUILOGRAMAS | 2    | 12,85 | 25,70                 |
| A129               | SACOLA PLÁSTICA COM ALÇA – Reciclada 80x100                         | QUILOGRAMAS | 2    | 15,72 | 31,44                 |
| A130               | TECIDO JUTA CRUA - 1,00m largura                                    | METROS      | 300  | 17,39 | 5.217,00              |
| A131               | TESOURA DE PICOTAR - Tesoura de picotar corte profissional zig zag  | UNIDADES    | 2    | 30,38 | 60,76                 |
| A132               | TESOURA GRANDE - Profissional multiuso, inox 21cm                   | UNIDADES    | 55   | 9,09  | 499,95                |
| A133               | TINTA FACIAL KIT 6 UNIDADE - Tinta para rosto com 10 cores, 4g cada | CAIXAS      | 13   | 18,10 | 235,30                |
| A134               | TINTA GUACHE - 250ml                                                | POTES       | 250  | 9,03  | 2.257,50              |
| A135               | TINTA PARA TECIDO - Pote 250ml                                      | UNIDADES    | 250  | 12,64 | 3.160,00              |
| A136               | TINTA RELEVO - 35ML                                                 | UNIDADES    | 25   | 4,79  | 119,75                |
| A137               | TINTA SPRAY - 350ml/250g                                            | UNIDADES    | 270  | 16,94 | 4.573,80              |
| A138               | TNT COM GLITTER - 40g 1,40 largura                                  | METROS      | 230  | 34,84 | 8.013,20              |
| A139               | TNT CORES E ESTAMPAS DIVERSAS - 40g 1,40 largura                    | METROS      | 2700 | 9,51  | 25.677,00             |
| A140               | TORÇAL DOURADO - 5mm c/ 10mt                                        | ROLOS       | 40   | 29,08 | 1.163,20              |
| A141               | VELCRO 25MM - Peça 5m                                               | UNIDADES    | 16   | 66,79 | 1.068,64              |
| <b>VALOR TOTAL</b> |                                                                     |             |      |       | <b>R\$ 242.220,14</b> |

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal n.º 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois, como pode ser visto na sua descrição, os padrões de desempenho e qualidade puderam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, ou seja, figura como objeto amplamente disponível no mercado, cujas variações de qualidade não se revelam significativas.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 02 (dois) meses, contados da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, de acordo com a legislação de regência.

1.4.1. A minuta do contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. DA ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

1.5.1. A estimativa de valor da presente contratação foi calculada com base na quantidade de materiais de consumo e expediente previamente especificados, considerando os preços de mercado obtidos em pesquisas recentes junto a fornecedores locais e nacionais, bem como cotações de referência de compras anteriores realizadas pela Secretaria Municipal de Educação.

1.5.2. O valor estimado total para a aquisição de todos os itens necessários à realização do tradicional Desfile Cívico em comemoração à Independência do Brasil, a ser realizado em 07 de setembro de 2026, é de **R\$ 242.220,14 (Duzentos e quarenta e dois mil, duzentos e vinte reais e quatorze centavos)**.

1.5.3. Tal estimativa leva em consideração:

1.5.3.1. Preços unitários praticados no mercado, ajustados para quantidades demandadas;

1.5.3.2. Variações de custo decorrentes da aquisição de materiais de diferentes especificações, tamanhos e marcas;

1.5.3.3. Inclusão de despesas acessórias eventualmente necessárias para entrega e acondicionamento adequado dos itens;

1.5.3.4. Garantia de que todos os materiais atenderão às normas técnicas da ABNT e aos padrões de qualidade exigidos para o evento.

1.5.4. O valor estimado reflete de forma realista a necessidade da Administração em garantir a aquisição integral, segura e eficiente de todos os materiais essenciais, assegurando o planejamento, a logística e a execução adequada do Desfile Cívico 2026.

### 1.6. DO PARCELAMENTO DO OBJETO

1.6.1. Conforme previsto no Art. 18, §1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração Pública deve fundamentar a decisão de parcelar ou não a contratação.

1.6.2. No caso da aquisição de materiais de consumo e expediente para o Desfile Cívico em comemoração à Independência do Brasil, programado para o dia 07 de setembro de 2026, não será adotado o parcelamento, por se tratar de uma contratação de natureza específica, pontual e de caráter integral, necessária para garantir o pleno atendimento às demandas do evento.

1.6.3. As razões que fundamentam a contratação integral são:

1.6.3.1. Uniformidade e padronização dos materiais: A compra integral assegura que todos os itens adquiridos possuam especificações técnicas, cores, dimensões e qualidade consistentes, evitando discrepâncias que comprometam a execução do desfile e a estética do evento;

1.6.3.2. Eficiência logística e operacional: A entrega integral permite que toda a equipe responsável pela organização (planejamento, logística, cerimonial, segurança e apoio técnico-administrativo) receba os materiais simultaneamente, garantindo o planejamento adequado e evitando atrasos ou falta de insumos;

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

1.6.3.3. Segurança e qualidade na realização do evento: A aquisição integral minimiza riscos de falhas ou interrupções durante o desfile, assegurando a execução conforme o cronograma e os padrões exigidos;

1.6.3.4. Racionalização de recursos e economicidade: Concentra a contratação em um único certame, reduzindo custos administrativos, simplificando a fiscalização e permitindo melhor controle sobre o fornecimento dos materiais;

1.6.3.5. Atendimento à singularidade do evento: Por se tratar de uma festividade anual e única, a fragmentação da contratação não se mostra viável, uma vez que todos os materiais devem estar disponíveis previamente para a montagem, ensaios e execução do desfile.

1.6.4. A contratação integral dos materiais é plenamente justificável e recomendável, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e segurança operacional, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

### 1.7. DA JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ELEITO

1.7.1. As quantidades estimadas para cada item constante da presente contratação foram definidas a partir de critérios técnicos e objetivos, observando-se os princípios do planejamento, da eficiência administrativa e da economicidade, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021. A definição dos quantitativos decorreu de levantamento prévio realizado pela Secretaria Municipal de Educação, considerando as necessidades operacionais para a realização do Desfile Cívico em comemoração à Independência do Brasil, previsto para ocorrer em 07 de setembro de 2026.

1.7.2. Para a formação da estimativa, foram considerados os seguintes elementos:

1.7.2.1. Histórico de consumo e utilização de materiais em edições anteriores do Desfile Cívico do Município de Glória/BA, mediante análise dos quantitativos efetivamente utilizados nos exercícios anteriores, permitindo identificar padrões de consumo, demandas recorrentes e necessidades específicas de ornamentação, confecção de alegorias, caracterização temática e suporte logístico;

1.7.2.2. Projeção de ampliação da participação popular e institucional no evento de 2026, considerando o crescente envolvimento das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, instituições públicas, entidades da sociedade civil organizada e comunidade em geral, circunstância que exige maior volume de materiais para atender adequadamente às atividades preparatórias e à execução do evento;

1.7.2.3. Verificação do estoque existente no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, por meio de levantamento físico dos materiais disponíveis, constatando-se a inexistência ou insuficiência de diversos itens indispensáveis para a produção de elementos decorativos, confecção de figurinos, elaboração de painéis temáticos, sinalização, organização dos espaços e demais atividades correlatas;

1.7.2.4. Levantamento das demandas apresentadas pelas equipes responsáveis pelo planejamento, coordenação, logística, cerimonial, apoio técnico-administrativo e execução das apresentações escolares, considerando as especificidades dos projetos pedagógicos desenvolvidos pelas unidades de ensino e as necessidades de cada grupo participante;

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

1.7.2.5. Análise das características do evento e da quantidade de unidades escolares envolvidas, bem como dos temas a serem trabalhados pelas instituições participantes, os quais demandam materiais diversificados destinados à produção de cenários, adereços, fantasias, faixas, cartazes, painéis, elementos artísticos e demais recursos visuais utilizados durante o desfile;

1.7.2.6. Experiência acumulada pela Administração Municipal na realização de eventos cívicos, culturais e educacionais, permitindo estimar quantitativos compatíveis com a realidade local, minimizando riscos de desabastecimento durante a fase de preparação e execução das atividades.

1.7.3. Os quantitativos constantes da planilha de especificações foram estabelecidos com base em critérios de razoabilidade, proporcionalidade e adequação à demanda prevista, buscando assegurar a plena execução das atividades relacionadas ao Desfile Cívico de 2026, sem excessos que possam resultar em desperdício de recursos públicos, nem insuficiências que comprometam a qualidade, a organização e os objetivos institucionais do evento.

1.7.4. Os quantitativos estimados refletem a necessidade real identificada pela Secretaria Municipal de Educação e encontram respaldo nos levantamentos técnicos realizados junto às unidades escolares participantes, nos registros históricos de consumo e nas projeções de participação para o exercício de 2026, constituindo parâmetros suficientes e adequados para subsidiar a presente contratação.

### **2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).**

**2.1.** A Secretaria Municipal de Educação do Município de Glória – Bahia promoverá, no dia 07 de setembro de 2026, o tradicional Desfile Cívico em comemoração à Independência do Brasil, evento de grande relevância histórica, cultural, educacional e social para a comunidade local. A solenidade constitui importante instrumento de fortalecimento dos valores cívicos e patrióticos, incentivando a participação da sociedade, a valorização da história nacional e o exercício da cidadania, especialmente entre os estudantes da Rede Municipal de Ensino.

**2.2.** O evento contará com a participação de Unidades Escolares, órgãos públicos, instituições civis e militares, entidades representativas da sociedade organizada e expressivo público em geral, demandando planejamento prévio e estrutura administrativa adequada para assegurar sua realização com eficiência, organização e segurança.

2.1. Nesse contexto, faz-se necessária a aquisição de materiais de consumo e de expediente destinados ao suporte das atividades de planejamento, coordenação, comunicação, organização logística e execução operacional do evento. Tais materiais serão utilizados pela comissão organizadora e pelos diversos setores envolvidos na preparação e condução do desfile, viabilizando a elaboração de documentos, controle de atividades, identificação de participantes, sinalização de espaços, distribuição de informações e demais procedimentos indispensáveis ao êxito da programação.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

2.2. A contratação pretendida visa garantir condições adequadas para o desenvolvimento das ações administrativas e operacionais relacionadas ao Desfile Cívico, contribuindo para a eficiência dos trabalhos preparatórios e para a realização de um evento compatível com sua importância institucional, educacional e cultural para o Município de Glória.

### **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’)**

3.1. Após a análise das alternativas disponíveis no mercado e a avaliação dos aspectos relacionados à legalidade, economicidade, eficiência, competitividade, capacidade de atendimento da demanda e adequação às necessidades da Administração Pública, conclui-se que a solução mais vantajosa e tecnicamente adequada **para atender ao interesse público consiste na realização de procedimento licitatório por meio da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.**

3.2. A contratação pretendida tem por finalidade assegurar o fornecimento integral dos materiais de consumo e expediente indispensáveis à organização, preparação e execução do tradicional Desfile Cívico em comemoração à Independência do Brasil, previsto para ocorrer em 07 de setembro de 2026, evento de relevante interesse educacional, cultural, histórico e social para o Município de Glória/BA.

3.3. As alternativas de contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, não se mostram compatíveis com a natureza, a quantidade e a diversidade dos materiais demandados, tampouco atendem plenamente aos princípios da competitividade, da seleção da proposta mais vantajosa e da eficiência administrativa. Da mesma forma, a adesão à Ata de Registro de Preços não oferece garantias suficientes quanto à disponibilidade integral dos itens, quantitativos e especificações técnicas necessárias ao atendimento da demanda apresentada.

3.4. **O Pregão Eletrônico apresenta-se como a solução mais adequada**, uma vez que possibilita ampla participação de fornecedores, promove maior competitividade entre os licitantes, amplia a transparência do processo de contratação, favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração e assegura o fornecimento dos materiais de acordo com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

3.5. A adoção da modalidade eletrônica proporciona maior alcance geográfico aos potenciais fornecedores, estimula a concorrência, reduz custos operacionais do procedimento licitatório e fortalece os princípios da isonomia, da economicidade, da eficiência e da transparência que regem as contratações públicas.

3.6 Conclui-se que a realização de certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico constitui solução plenamente viável, adequada e recomendável para a presente contratação, apresentando-se como a alternativa capaz de atender integralmente às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, garantindo a adequada execução do Desfile Cívico de 07 de setembro de 2026, com observância aos princípios da Administração Pública e à busca da proposta mais vantajosa para o Município.

### **4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/21)**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

4.1. Os materiais a serem adquiridos deverão atender rigorosamente aos seguintes critérios, visando garantir qualidade, segurança e funcionalidade no suporte às atividades administrativas e operacionais do Desfile Cívico:

4.1.1. Condição e procedência: deverão ser novos, originais e de primeira qualidade, provenientes de fornecedores idôneos e devidamente certificados, quando aplicável;

4.1.2. Prazo de entrega: a entrega dos materiais deverá ocorrer com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis em relação à data de realização do evento, permitindo tempo hábil para conferência, distribuição e organização;

4.1.3. Conformidade técnica: os materiais devem atender às normas técnicas da ABNT ou demais regulamentações pertinentes, assegurando segurança, durabilidade e adequação ao uso pretendido;

4.1.4. Adequação ao uso: os produtos devem ser compatíveis com utilização administrativa e logística intensiva, suportando manuseio contínuo e condições operacionais próprias do evento;

4.1.5. Embalagem e identificação: todos os itens devem estar devidamente embalados, protegidos contra danos durante o transporte e armazenamento, e identificados de forma clara, facilitando o controle e a gestão logística.

### **5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).**

#### **5.1. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL/EXECUÇÃO DO CONTRATO**

5.1.1 As partes devem cumprir fielmente as cláusulas contratuais conforme a Lei nº 14.133/2021;

5.1.2 Em caso de paralisação ou suspensão, o cronograma será ajustado automaticamente.

#### **5.2. DAS COMUNICAÇÕES**

5.2.1 Devem ser feitas por escrito, podendo ser por e-mail quando permitido;

5.2.2 O órgão pode convocar representantes da contratada para providências imediatas;

5.2.3 Após a assinatura, pode ser realizada uma reunião inicial para apresentar o plano de fiscalização.

#### **5.3. DO FISCAL DE CONTRATO**

5.3.1 Responsável: **MARIA MIRTIS SILVA PEREIRA**, CPF/MF Nº 683.459.925-82;

5.3.2 O fiscal do contrato registra ocorrências e determina correções necessárias;

5.3.3 A fiscalização não exclui a responsabilidade da contratada por falhas ou vícios;

5.3.4 A contratada é responsável por danos causados à Administração ou terceiros.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

## 5.4. DO RECEBIMENTO DOS BENS

- 5.4.1 Provisório: No ato da entrega, para conferência inicial;
- 5.4.2 Definitivo: Até 15 (quinze) dias úteis após verificação da qualidade e conformidade;
- 5.4.3 Itens em desacordo devem ser substituídos em 1 dia útil, sem custo ao Município.

## 5.5. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

- 5.5.1 Nota fiscal será analisada em 10 dias úteis, prorrogáveis se necessário;
- 5.5.2 Erros na nota fiscal suspendem o pagamento até correção;
- 5.5.3 Regularidade fiscal será conferida antes do pagamento;
- 5.5.4 Pagamento ocorre em até 30 dias úteis via ordem bancária ou PIX.

## 5.6 DAS RESTRIÇÕES

- 5.6.1 Sem antecipação de pagamento;
- 5.6.2 Sem cessão de crédito.

## **6. DA GESTÃO CONTRATUAL E FISCALIZAÇÃO**

6.1. O objetivo da gestão do contrato é assegurar o cumprimento integral das obrigações contratuais por parte da empresa contratada, garantindo a qualidade do fornecimento e o atendimento às necessidades da administração pública.

6.2. O gestor do contrato deverá controlar os prazos para solicitação e entrega dos produtos, conforme estabelecido no cronograma contratual.

6.3. A contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos de entrega definidos em cada solicitação formal.

6.4. Caso haja atraso na entrega, serão aplicadas as penalidades previstas no contrato, observadas as justificativas apresentadas pela contratada.

6.5. O gestor do contrato manterá um canal de comunicação constante com a empresa contratada, facilitando o encaminhamento de demandas, esclarecimentos e notificações.

6.6. Deverão ser mantidos registros detalhados de todas as entregas, inspeções, notificações e demais interações entre as partes, a fim de documentar o histórico da execução contratual e possibilitar a transparência e rastreabilidade do processo.

## 6.7. DA ROTINA DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

6.7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*);

6.7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### 6.8. DO PREPOSTO

6.8.1. A contratada deverá indicar, mediante declaração, um preposto, no Município, aceito pela fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário. Na declaração deverá constar o nome completo, no do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;

6.8.2. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados, bem como quaisquer assuntos pertinentes ao bom andamento e execução do contrato;

6.8.3. A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

6.8.4. A Contratada deverá manter preposto indicado durante todo o período contratual;

6.8.5. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### 6.9. DA FISCALIZAÇÃO

6.9.1. O acompanhamento da execução do contrato será levado a efeito pelos fiscais de contrato de cada secretaria, que exercerá a fiscalização técnica e a administrativa.

## 6.10. DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.10.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.10.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei no 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.10.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.10.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.10.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

6.10.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

## 6.11. DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.11.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

6.11.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## 6.12. DO GESTOR DO CONTRATO

6.12.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

6.12.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

6.12.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei no 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

6.12.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

6.12.6. O gestor do contrato, ou, em sua ausência, o fiscal administrativo, deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

6.12.7. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

6.12.8. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### **7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

#### **7.1. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 (um) dia útil a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.1.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

oriunda do contratado com a comprovação da fornecimento dos materiais a que se referem a parcela a ser paga;

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### 7.2. DA LIQUIDAÇÃO

7.2.1. A nota fiscal, e/ou fatura, deverá ser emitida em nome do Órgão Contratante e será precedida da execução dos objetos, conforme este Termo de Referência;

7.2.2. A Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período;

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.3.1. o prazo de validade;

7.2.3.2. a data da emissão;

7.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.2.3.5. o valor a pagar;

7.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.2.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta própria da Administração, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

7.2.6. A Administração deverá:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

- 7.2.6.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 7.2.6.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.7. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### 7.3. DO PRAZO DE PAGAMENTO

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior;

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária;

7.3.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

$I = (TX) I =$

$(6 / 100) I = 0,00016438$

= Percentual da taxa anual = 6%

## 7.4. DA FORMA DE PAGAMENTO

7.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável:

7.4.3.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

7.4.3.2. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

7.4.3.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação pertinente.

7.4.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 7.5. DA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

7.5.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento seja parcial ou total, conforme as regras previstas no presente tópico.

## 7.6. DA CESSÃO DE CRÉDITO

7.6.1. Não é admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

8 de julho de 2020, por tratar-se de regulação adstrita ao Governo Federal, em seu âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

7.6.2. A cessão fiduciária de direitos creditícios apenas poderá ser utilizada pela empresa contratada, quando houver regulamentação própria no âmbito desta Administração, às quais estarão reguladas por suas instruções normativas.

## **7. DO REAJUSTE.**

7.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado;

7.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajustes após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

7.8. O reajuste será realizado por Apostilamento.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES**

### **8.1. DO CONTRATANTE**

8.1.1. A contratante deverá exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as disposições insertas no termo de referência, cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso do fornecimento dos materiais, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber;

8.1.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

8.1.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

8.1.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

8.1.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

8.1.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

8.1.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento das aquisições objeto do contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial desta instituição para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

8.1.9. Arquivar, dentre outros documentos, orçamentos, termos de recebimento, aditamentos, relatórios e notificações expedidas;

8.1.10. Decidir sobre eventuais alterações necessárias acerca da contratação, nos limites permitidos por lei, para melhor adequação de seu objeto;

8.1.11. Colocar à disposição da contratada os elementos e informações necessários à execução do objeto.

### 8.2. DA CONTRATADA

8.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, se houver seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.2.1.1. Efetuar o fornecimento dos materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência, se houver, e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações que houver, como, por exemplo, da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

8.2.1.2. O objeto deve estar acompanhado, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.2.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos serviços, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.2.1.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias o produto com avarias ou defeitos;

8.2.1.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente termo;

8.2.1.6. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.2.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

8.2.1.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na Minuta de Contrato;

8.2.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.2.1.10. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

8.2.1.11. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

8.2.1.12. Sujeitar-se a mais ampla fiscalização por parte do Contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;

8.2.1.13. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a fatura relativa ao serviço/fornecimento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.2.1.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

8.2.1.15. Cumprir as exigências das autoridades públicas;

8.2.1.16. Manter, durante toda a exceção do contrato, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

### **9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR/FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)**

9.1. O fornecedor será contratado por meio **CERTAME LICITATÓRIO, NA MODALIDADE PREGÃO NA SUA FORMA ELETRÔNICA.**

9.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa prestadora/fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do Prestador a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de aquisição similares, dentre outros.

9.6. A Contratada será convocada para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.7. É dever da Contratada manter atualizada a respectiva documentação de habilitação ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9. Se a Contratada for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

prestador/fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.10. Serão aceitos registros de CNPJ de prestador/fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.11. Para fins de contratação, deverá o prestador/fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

9.11.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

9.11.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.11.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.11.7. No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente;

9.11.8. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.11.9. No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do artigo nos termos da legislação correspondente;

9.11.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA**

## **9.12. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

9.12.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e/ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.12.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.12.3. Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;

9.12.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.12.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.12.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.12.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.12.8. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

9.12.9. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.12.10. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

## **9.13. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

9.13.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

## **9.14. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

9.14.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

9.14.2. Entende-se como características similares o atestado de aquisição para material de consumo e expediente;

9.14.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços;

9.14.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

9.14.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

9.14.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### 9.15. DAS DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES

9.15.1. Alvará de Licença e Funcionamento, expedido pela Prefeitura sede do licitante, com data em vigor;

9.15.2. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021;

9.15.3. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;

9.15.4. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021;

9.15.5. Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007;

9.15.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, registrando em ata a nova data e horário para a continuidade da mesma.

## **10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, com dolo ou culpa o participante que:

10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo órgão licitante;

10.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.5.1. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.5.2. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.5.3. Deixar de apresentar amostra, quando exigida;

10.1.5.4. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações requeridas.

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;

10.1.8. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.10. Fraudar o procedimento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.11.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.11.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.11.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

10.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

10.1.13. Praticar ato lesivo previsto no **ART. 5º DA LEI N.º 12.846, DE 2013**;

10.1.14. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

10.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os participantes, em qualquer momento do processo.

10.3. Com fulcro na Lei 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos participantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.3.1. advertência;

10.3.2. multa;

10.3.3. impedimento de licitar e contratar;

10.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.4.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.4.4. Os danos que dela provierem para a administração pública;

10.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.5. A sanção prevista na cláusula 10.3.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na cláusula 10.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.6. A sanção prevista na cláusula 10.3.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10, deste Termo de Referência.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

10.7. A sanção prevista na cláusula 10.3.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 10.1.2, 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e 10.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do ente que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. A sanção prevista na item 10.3.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas item 10.1.8, 10.1.9, 10.1.10, 10.1.11 e 10.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nas item 10.1.2, 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e 10.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 10.7 deste Termo de Referência, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.9. As sanções previstas nas item 10.3.1, 10.3.3 e 10.3.4, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na item 10.3.2.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas nas leis que versam sobre as licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

10.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente as legislações pertinentes.

10.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no em livro próprio, mantido nesta Administração.

10.15. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

10.16. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.17. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.18. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.19. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.20. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

### 11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Administração.

11.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

|                             |                                                                                                                                                          |
|-----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>ÓRGÃO:</b>               | 03.09.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO<br>03.09.53 - FUNDEB                                                                                                   |
| <b>ATIVIDADE:</b>           | 2065 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO;<br>2067 – GESTÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO<br>2041 – GESTÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL-FUNDAMENTAL 30% |
| <b>ELEMENTO DA DESPESA:</b> | 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO                                                                                                                           |
| <b>FONTE:</b>               | 1500/1550/1540/1542                                                                                                                                      |

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

12.1. A Contratante reserva-se no direito de impugnar os serviços prestados, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei Federal 14.133/2021.

12.3. Fica eleito o foro da Comarca de Paulo Afonso – BA, como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

Glória, Bahia, 13 de julho de 2026.

Taciélma Lima Silva Fonseca  
**CHEFE DE GABINETE**  
**PORTARIA Nº047/2023**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

## ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

### 01 – IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ/MF:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE/UF:

CEP:

FONE: ( )

FAX: ( )

NOME PARA CONTATO:

### 02 – DADOS BANCÁRIOS:

Conta n.º: \_\_\_\_\_

Agencia n.º: \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_

03 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: conforme Edital

04 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

06 – PRAZO PARA FORNECIMENTO/SERVIÇOS – Imediatamente após a solicitação.

07 – PREÇOS: Os preços são os apresentados na planilha anexa.

| ITEM | DESCRIPTIVO                                                                        | U. MEDIDA | QUANT. | VL. UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|------------------------------------------------------------------------------------|-----------|--------|--------------|-------------|
| A001 | AGULHA PARA COSTURA N° 12 - Pacote com 10 unidades                                 | PACOTES   | 2      | 6,70         | 13,40       |
| A002 | AGULHA PARA COSTURA N° 8 - Pacote com 10 unidades                                  | PACOTES   | 2      | 5,93         | 11,86       |
| A003 | ARAME GALVANIZADO N° 18 - 1,24mm rolo 1kg                                          | ROLOS     | 6      | 41,06        | 246,36      |
| A004 | AVIAMENTOS PASSAMANARIA - 10mm peça 10 metros                                      | PEÇAS     | 6      | 38,32        | 229,92      |
| A005 | BALÃO DE LATEX EM FORMATO DE CORAÇÃO 25CM                                          | UNIDADES  | 5      | 18,18        | 90,90       |
| A006 | BALÃO N° 12 - Latéx, 12 pol.30cm, pacote c/ 50                                     | PACOTES   | 92     | 24,48        | 2.252,16    |
| A007 | BAMBOLE - CORES SORTIDA 60CM                                                       | UNIDADES  | 180    | 8,46         | 1.522,80    |
| A008 | BAMBOLE - CORES SORTIDA 65CM                                                       | UNIDADES  | 50     | 9,15         | 457,50      |
| A009 | BANDEIRA DA BAHIA - Em tecido poliéster com ilhós. 150cm (largura) x 90cm (altura) | UNIDADES  | 5      | 131,76       | 658,80      |
| A010 | BANDEIRA DA BAHIA - Em tecido poliéster com ilhós. 96cm (largura) x 63cm (altura)  | UNIDADES  | 1      | 108,85       | 108,85      |
| A011 | BANDEIRA DA CHINA - Em tecido poliéster com ilhós. 150cm (largura) x 90cm (altura) | UNIDADES  | 1      | 118,54       | 118,54      |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

|             |                                                                                               |             |     |        |          |
|-------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-----|--------|----------|
| <b>A012</b> | <b>BANDEIRA DO BRASIL</b> - Em tecido poliéster com ilhós. 150cm (largura) x 90cm (altura)    | UNIDADES    | 5   | 172,44 | 862,20   |
| <b>A013</b> | <b>BANDEIRA DO BRASIL</b> - Em tecido poliéster com ilhós. 96cm (largura) x 63cm (altura)     | UNIDADES    | 1   | 101,33 | 101,33   |
| <b>A014</b> | <b>BANDEIRA DO MÉXICO</b> - Em tecido poliéster com ilhós. 150cm (largura) x 90cm (altura)    | UNIDADES    | 1   | 115,94 | 115,94   |
| <b>A015</b> | <b>BANDEIRA DO MUNICÍPIO</b> - Em tecido poliéster com ilhós. 150cm (largura) x 90cm (altura) | UNIDADES    | 5   | 182,88 | 914,40   |
| <b>A016</b> | <b>BANDEIRA DO MUNICÍPIO</b> - Em tecido poliéster com ilhós. 96cm (largura) x 63cm (altura)  | UNIDADES    | 1   | 124,18 | 124,18   |
| <b>A017</b> | <b>BARBANTE CRU</b> - Nº06 1KG                                                                | QUILOGRAMAS | 5   | 24,70  | 123,50   |
| <b>A018</b> | <b>BARBANTE DE ALGODÃO</b> - Algodão Crú 4/8 Fios 250g 180 mt                                 | ROLOS       | 25  | 8,00   | 200,00   |
| <b>A019</b> | <b>BARBANTE DE NYLON</b> - ENCERADO Nº05 250G 130°COM AMARRAÇÃO                               | ROLOS       | 5   | 60,93  | 304,65   |
| <b>A020</b> | <b>BARBANTE DE SISAL</b> - Fio de Sisal 500 metros x 2mm                                      | ROLOS       | 28  | 17,34  | 485,52   |
| <b>A021</b> | <b>BICO DE CAMBRAIA AZUL</b> - BORDADO INGLÊS 10CM LARG. 13.70M                               | PEÇAS       | 30  | 40,39  | 1.211,70 |
| <b>A022</b> | <b>BOBINA DE SACO TRANSPARENTE</b> - SACO PLÁSTICO PICOTADO 20X30. 500 SACOS                  | ROLOS       | 2   | 20,68  | 41,36    |
| <b>A023</b> | <b>BOBINA DE SACO TRANSPARENTE</b> - SACO PLÁSTICO PICOTADO 30X40. 500 SACOS                  | ROLOS       | 2   | 22,70  | 45,40    |
| <b>A024</b> | <b>BOIA MACARRÃO</b>                                                                          | UNIDADES    | 30  | 13,21  | 396,30   |
| <b>A025</b> | <b>BOINA</b> - MALHA 100% ALGODÃO                                                             | UNIDADES    | 50  | 25,73  | 1.286,50 |
| <b>A026</b> | <b>BOLA DE ASSOPRO Nº 09</b> - Pacote c/ 50                                                   | PACOTES     | 270 | 13,64  | 3.682,80 |
| <b>A027</b> | <b>BOLA DE ISOPOR</b> - BOLA DE ISOPOR - Bola de isopor maciça tamanhos                       | UNIDADES    | 99  | 28,66  | 2.837,34 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

|      |                                                                                          |          |     |       |          |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------|----------|-----|-------|----------|
|      | variados, artesanato                                                                     |          |     |       |          |
| A028 | <b>BORDADO INGLÊS BICOLOR - 10CM LARG. 13.70M</b>                                        | PEÇAS    | 2   | 77,43 | 154,86   |
| A029 | <b>BOTÕES COLORIDOS VARIADOS - Mix sortido tamanho e cores Pacote c/100g</b>             | PACOTES  | 4   | 30,21 | 120,84   |
| A030 | <b>CARTOLINA COMUM AMARELA - Escolar, 48X66, fosco 120g</b>                              | UNIDADES | 280 | 2,00  | 560,00   |
| A031 | <b>CARTOLINA DECORADA DESENHOS VARIADOS - 270g, 50x70 cm</b>                             | UNIDADES | 50  | 2,87  | 143,50   |
| A032 | <b>CARTOLINA GUACHE - Dupla Face Color Set 48x66cm</b>                                   | UNIDADES | 320 | 3,94  | 1.260,80 |
| A033 | <b>CARTOLINA LAMINADA - Laminado, 48x60cm</b>                                            | UNIDADES | 170 | 4,16  | 707,20   |
| A034 | <b>CARTOLINA TRABALHADA - 110g 48 X 66cm</b>                                             | UNIDADES | 550 | 2,04  | 1.122,00 |
| A035 | <b>CLIPS GALVANIZADO Nº 2 - Clips Galvanizado Aço, 2/0, Caixa com 725 unidades</b>       | CAIXAS   | 15  | 22,32 | 334,80   |
| A036 | <b>CLIPS GALVANIZADO Nº 6 - Clips Galvanizador 6/0 Cx 50 Unidades</b>                    | CAIXAS   | 10  | 6,31  | 63,10    |
| A037 | <b>COLA BRANCA - Branca, secagem transparente, atóxica, 110g</b>                         | UNIDADES | 120 | 4,25  | 510,00   |
| A038 | <b>COLA BRANCA - Branca, secagem transparente, atóxica, 1000g</b>                        | LITROS   | 8   | 26,03 | 208,24   |
| A039 | <b>COLA COLORIDA - 23g caixa c/6</b>                                                     | CAIXAS   | 25  | 16,31 | 407,75   |
| A040 | <b>COLA DE ARTESÃO (SILICONE LÍQUIDO) - Pote 100ml</b>                                   | TUBOS    | 130 | 10,15 | 1.319,50 |
| A041 | <b>COLA DE ISOPOR - 90g caixa c/12</b>                                                   | CAIXAS   | 70  | 72,83 | 5.098,10 |
| A042 | <b>COLA DE TECIDO - Pote 35g</b>                                                         | UNIDADES | 5   | 5,30  | 26,50    |
| A043 | <b>COLA DIMENSIONAL TINTA RELEVO - COLA RELEVO DIMENSIONAL METALLIC 3D C/6 Tubo 35ml</b> | CAIXAS   | 20  | 16,52 | 330,40   |
| A044 | <b>COLA GLITTER CORES VARIARES - 23g caixa c/6</b>                                       | CAIXAS   | 40  | 22,46 | 898,40   |
| A045 | <b>COLA PANO COM BICO APLICADOR - 100GR</b>                                              | UNIDADES | 5   | 16,92 | 84,60    |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

|      |                                                              |          |      |       |           |
|------|--------------------------------------------------------------|----------|------|-------|-----------|
| A046 | COLA PANO COM GLITTER AMARELO - 100GR                        | UNIDADES | 25   | 21,34 | 533,50    |
| A047 | COLA TEK BONDER - 793 - 100 g                                | UNIDADES | 80   | 41,75 | 3.340,00  |
| A048 | CORDA ALGODÃO - 10mm 30 metros                               | ROLOS    | 1    | 45,51 | 45,51     |
| A049 | CORDA DE SISAL - 6MM                                         | METROS   | 40   | 41,09 | 1.643,60  |
| A050 | CORDÃO DE ALGODÃO - Barbante algodão 4/12 rolo c/ 120mt      | ROLOS    | 5    | 16,34 | 81,70     |
| A051 | CORDÃO DE CETIM DOURADO - Tamanhos variados c/ 100 metros    | ROLOS    | 16   | 36,93 | 590,88    |
| A052 | CORDÃO DE NYLON 10MM - Fio De Nylon, 0,20 mm, Rolo c/ 100mt  | ROLOS    | 2    | 5,18  | 10,36     |
| A053 | CORDÃO RABO DE RATO - 3,0MM c/ 100 metros polipropileno      | ROLOS    | 20   | 23,08 | 461,60    |
| A054 | DUREX COLORIDO - Fita Adesiva Escolar Colorida 12mm X 10m 10 | UNIDADES | 300  | 11,34 | 3.402,00  |
| A055 | E.V.A. ATOALHADO - Placa de EVA Atoalhado 40x48cm            | FOLHAS   | 900  | 9,94  | 8.586,00  |
| A056 | E.V.A. COM GLITTER - 40X48 com glitter                       | FOLHAS   | 1500 | 5,88  | 8.820,00  |
| A057 | E.V.A. LISO - 40 X 60                                        | FOLHAS   | 1600 | 6,64  | 10.624,00 |
| A058 | ELÁSTICO - 10mm, branco, peça com 10 metros                  | PEÇAS    | 10   | 26,24 | 262,40    |
| A059 | ELÁSTICO - 14mm, branco, rolo com 25 metros                  | ROLOS    | 30   | 83,12 | 2.493,60  |
| A060 | ELÁSTICO - 5cm, branco, rolo com 10 metros                   | ROLOS    | 30   | 16,07 | 482,10    |
| A061 | ESPUMA - D20 BRANCA 1CM DE ESPESSURA 1,90X1M                 | METROS   | 5    | 18,79 | 93,95     |
| A062 | ESTILETE ESTREITO - 9mm                                      | UNIDADES | 20   | 1,94  | 38,80     |
| A063 | ESTILETE LARGO - 18mm                                        | UNIDADES | 85   | 4,29  | 364,65    |
| A064 | FELTRO - 1,40 MT largura                                     | METROS   | 800  | 21,41 | 17.128,00 |
| A065 | FITA ADESIVA - 12MMX30M, PAC. C/ 10                          | PACOTES  | 13   | 17,52 | 227,76    |
| A066 | FITA ADESIVA - 48MM X 100M                                   | UNIDADES | 130  | 14,97 | 1.946,10  |
| A067 | FITA BANANA - ADESIVA DE ESPUMA DUPLA FACE 19MM X 5,5M       | PEÇAS    | 5    | 20,77 | 103,85    |
| A068 | FITA CREPE - 24mm x 50m                                      | UNIDADES | 5    | 7,70  | 38,50     |
| A069 | FITA DE CETIM -                                              | PEÇAS    | 1434 | 20,15 | 28.895,10 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

|      |                                                                             |          |     |        |           |
|------|-----------------------------------------------------------------------------|----------|-----|--------|-----------|
|      | Espressuras variadas com 10 metros                                          |          |     |        |           |
| A070 | <b>FITA DECORATIVA CORES VARIADAS</b> - Fita decorativa plástica 15mmx50mts | PEÇAS    | 150 | 9,71   | 1.456,50  |
| A071 | <b>FITA DUPLA FACE</b> - Espessuras variadas com 10 metros                  | PEÇAS    | 157 | 30,78  | 4.832,46  |
| A072 | <b>FITA DUPLA FACE FIXA FORTE</b> - ACRILICA 19X2M                          | PEÇAS    | 10  | 23,78  | 237,80    |
| A073 | <b>FITA DUPLA FACE LEITOSA</b> - 19MMX20MX10M                               | PEÇAS    | 22  | 42,94  | 944,68    |
| A074 | <b>FITA EVA ESPUMA VEDAÇÃO AUTOCOLANTE</b> - 5mmx25mmx10mts                 | PEÇAS    | 15  | 32,42  | 486,30    |
| A075 | <b>FITILHO DECIRATIVO AZUL CELESTE</b> - 05MMX50M                           | UNIDADES | 100 | 24,72  | 2.472,00  |
| A076 | <b>BUQUÊ DE FLORES ARTIFICIAIS</b> - PLANTA DE PLÁSTICO REALISTA            | UNIDADES | 10  | 173,93 | 1.739,30  |
| A077 | <b>FLORES ARTIFICIAIS GIRASSOL</b> - Cetim 4cm pacote c/ 100                | UNIDADES | 1   | 29,95  | 29,95     |
| A078 | <b>FRANJA DOURADA E PRATEADA</b> - 5,0CM peça com 10 metros                 | PEÇAS    | 16  | 86,44  | 1.383,04  |
| A079 | <b>FRANJÃO DOURADO E PRATEADO</b> - 10,0CM peça com 10 metros               | ROLOS    | 8   | 89,94  | 719,52    |
| A080 | <b>GLITTER</b> - 3,0g                                                       | UNIDADES | 60  | 1,90   | 114,00    |
| A081 | <b>GRAMPO 26/6</b> - CX 500                                                 | UNIDADES | 1   | 12,40  | 12,40     |
| A082 | <b>ISOPOR</b> - Placa de isopor com espessuras variadas x 1 metro           | FOLHAS   | 234 | 78,39  | 18.343,26 |
| A083 | <b>NOVELO DE LÃ</b> - Novelo de lã 40g                                      | UNIDADES | 50  | 6,18   | 309,00    |
| A084 | <b>LANTEJOLA</b> - Pote 2g                                                  | POTES    | 50  | 1,60   | 80,00     |
| A085 | <b>LANTEJOLA CORDÃO DOURADO</b> - 6MM c/10M                                 | PEÇAS    | 5   | 44,19  | 220,95    |
| A086 | <b>LASTEX</b> - Fio elástico lastex - tubo c/ 10 metros                     | TUBOS    | 30  | 4,35   | 130,50    |
| A087 | <b>LUVA BRANCA TAM. P-M-G</b> - PROTEÇÃO HELANCA MALHA LISA POLIAMIDA.      | PARES    | 141 | 28,88  | 4.072,08  |
| A088 | <b>MARCADOR DE CD PONTA DUPLA</b> - Marcador permanente cd e dvd            | UNIDADES | 10  | 6,38   | 63,80     |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

|             |                                                                                       |          |     |        |          |
|-------------|---------------------------------------------------------------------------------------|----------|-----|--------|----------|
|             | ponta dupla                                                                           |          |     |        |          |
| <b>A089</b> | <b>MASTRO</b>                                                                         | UNIDADES | 20  | 133,20 | 2.664,00 |
| <b>A090</b> | <b>MIÇANGA CRISTAL</b> - Tamanhos variados pacote ½ kg                                | PACOTES  | 12  | 79,47  | 953,64   |
| <b>A091</b> | <b>MIÇANGA DE PLÁSTICO</b> - Sortido, pacote 50g                                      | PACOTES  | 2   | 62,67  | 125,34   |
| <b>A092</b> | <b>MIÇANGA VARIADAS CORES SORTIDAS</b> - Miçanga de vidro sortido 6/0 pacote com 500g | PACOTES  | 2   | 66,64  | 133,28   |
| <b>A093</b> | <b>OLHO MÓVEL</b> - Espessuras e tamanhos variados EM PLÁSTICO C/100                  | PACOTES  | 10  | 24,39  | 243,90   |
| <b>A094</b> | <b>PALITO PARA CHURRASCO</b> - Pacote c/ 50                                           | PACOTES  | 29  | 7,13   | 206,77   |
| <b>A095</b> | <b>PALITO PARA PICOLÉ</b> - Pacote com 100                                            | PACOTES  | 30  | 6,17   | 185,10   |
| <b>A096</b> | <b>PAPEL 40</b> - 40kg                                                                | FOLHAS   | 80  | 2,68   | 214,40   |
| <b>A097</b> | <b>PAPEL ADESIVO CONTACT AMARELO</b> - Rolo 45 Cm x 1 M                               | ROLOS    | 150 | 59,72  | 8.958,00 |
| <b>A098</b> | <b>PAPEL ÁGUA</b> - Papel nacarado 50x90cm                                            | FOLHAS   | 100 | 3,86   | 386,00   |
| <b>A099</b> | <b>PAPEL CARTÃO</b> - 48x66cm 180gr                                                   | FOLHAS   | 100 | 1,39   | 139,00   |
| <b>A100</b> | <b>PAPEL CELOFONE</b> - 85x70cm                                                       | FOLHAS   | 60  | 1,18   | 70,80    |
| <b>A101</b> | <b>PAPEL COLOR SET CORES SORTIDAS</b> - 48x66cm 120g                                  | FOLHAS   | 17  | 1,26   | 21,42    |
| <b>A102</b> | <b>PAPEL CREPOM</b> - 48cm X 2mts                                                     | FOLHAS   | 400 | 1,86   | 744,00   |
| <b>A103</b> | <b>PAPEL FOTOGRÁFICO</b> - 180 g glossy brilho a4 100 folhas                          | PACOTES  | 40  | 30,15  | 1.206,00 |
| <b>A104</b> | <b>PAPEL FOTOGRÁFICO AUTO ADESIVO</b> - gramatura 180 (130g) C/50                     | PACOTES  | 37  | 42,30  | 1.565,10 |
| <b>A105</b> | <b>PAPEL KRAFT</b> - 180gr a4 pc c/ 100                                               | PACOTES  | 2   | 45,75  | 91,50    |
| <b>A106</b> | <b>PAPEL LAMINADO</b> - A4, 250 gramas                                                | FOLHAS   | 800 | 1,65   | 1.320,00 |
| <b>A107</b> | <b>PAPEL MADEIRA</b> - 66X96cm                                                        | FOLHAS   | 130 | 1,44   | 187,20   |
| <b>A108</b> | <b>PAPEL MICROONDULADO</b> - 50 x 80 cm 190 g                                         | UNIDADES | 200 | 4,88   | 976,00   |
| <b>A109</b> | <b>PAPEL OPALINE</b> - PC. COM 50                                                     | UNIDADES | 7   | 16,52  | 115,64   |
| <b>A110</b> | <b>PAPEL PANAMA</b> - 2.2mm de A4 C/10                                                | PACOTES  | 2   | 13,76  | 27,52    |
| <b>A111</b> | <b>PAPEL PARANA</b> - 4 x 21 x                                                        | UNIDADES | 60  | 8,37   | 502,20   |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

|             |                                                                                                                 |             |     |       |          |
|-------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-----|-------|----------|
|             | 29.7 cm                                                                                                         |             |     |       |          |
| <b>A112</b> | <b>PAPEL SEDA - 50x70</b>                                                                                       | UNIDADES    | 100 | 0,51  | 51,00    |
| <b>A113</b> | <b>PAPEL SULFITE - 100</b><br>folhas a4 75g                                                                     | PACOTES     | 8   | 6,98  | 55,84    |
| <b>A114</b> | <b>PAPEL VELUDO</b>                                                                                             | UNIDADES    | 150 | 2,00  | 300,00   |
| <b>A115</b> | <b>PAPEL VERGÊ - PC COM 50</b>                                                                                  | PACOTES     | 5   | 18,31 | 91,55    |
| <b>A116</b> | <b>PENAS COLORIDAS - Pacote</b><br>c/ 100                                                                       | UNIDADES    | 20  | 19,23 | 384,60   |
| <b>A117</b> | <b>PERCEVEJO</b><br>(tachinhas)C/100                                                                            | CAIXAS      | 4   | 6,03  | 24,12    |
| <b>A118</b> | <b>PIÃO - Em madeira 8cm</b>                                                                                    | UNIDADES    | 4   | 5,28  | 21,12    |
| <b>A119</b> | <b>PINCEIS NUMERAÇÕES</b><br><b>VARIADAS - Pincel chato,</b><br>amarelo                                         | UNIDADES    | 201 | 12,64 | 2.540,64 |
| <b>A120</b> | <b>PINCEL PERMANENTE - CX</b><br>C/ 12                                                                          | CAIXAS      | 30  | 20,92 | 627,60   |
| <b>A121</b> | <b>PISTOLA DE COLA QUENTE -</b><br>Grande                                                                       | UNIDADES    | 50  | 34,58 | 1.729,00 |
| <b>A122</b> | <b>PISTOLA P/ COLA QUENTE -</b><br>Pequena                                                                      | UNIDADES    | 50  | 31,23 | 1.561,50 |
| <b>A123</b> | <b>PLÁSTICO PARA</b><br><b>PLASTIFICAÇÃO -</b><br>220X307MM espessura 125<br>micras. PACOTE COM 100<br>UNIDADES | PACOTES     | 5   | 54,96 | 274,80   |
| <b>A124</b> | <b>PLASTICO POUCH FILM - A4</b><br>220x307 0.05 com 100<br>unidades                                             | PACOTES     | 2   | 51,53 | 103,06   |
| <b>A125</b> | <b>REFIL COLA QUENTE GROSSO</b><br>- Pacote 1kg                                                                 | UNIDADES    | 29  | 34,04 | 987,16   |
| <b>A126</b> | <b>REFIL DE COLA QUENTE</b><br><b>FINA - Pacote 1kg</b>                                                         | UNIDADES    | 21  | 31,35 | 658,35   |
| <b>A127</b> | <b>RÉGUA - Poliestireno</b><br>50cm                                                                             | UNIDADES    | 5   | 2,69  | 13,45    |
| <b>A128</b> | <b>SACOLA PLÁSTICA COM ALÇA</b><br>- Reciclada 50x60                                                            | QUILOGRAMAS | 2   | 12,85 | 25,70    |
| <b>A129</b> | <b>SACOLA PLÁSTICA COM ALÇA</b><br>- Reciclada 80x100                                                           | QUILOGRAMAS | 2   | 15,72 | 31,44    |
| <b>A130</b> | <b>TECIDO JUTA CRUA - 1,00m</b><br>largura                                                                      | METROS      | 300 | 17,39 | 5.217,00 |
| <b>A131</b> | <b>TESOURA DE PICOTAR -</b><br>Tesoura de picotar corte<br>profissional zig zag                                 | UNIDADES    | 2   | 30,38 | 60,76    |
| <b>A132</b> | <b>TESOURA GRANDE -</b><br>Profissional multiuso,<br>inox 21cm                                                  | UNIDADES    | 55  | 9,09  | 499,95   |
| <b>A133</b> | <b>TINTA FACIAL KIT 6</b><br><b>UNIDADE - Tinta para</b><br>rosto com 10 cores, 4g                              | CAIXAS      | 13  | 18,10 | 235,30   |



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

|                    |                                                         |          |      |       |                       |
|--------------------|---------------------------------------------------------|----------|------|-------|-----------------------|
|                    | cada                                                    |          |      |       |                       |
| <b>A134</b>        | <b>TINTA GUACHE - 250ml</b>                             | POTES    | 250  | 9,03  | 2.257,50              |
| <b>A135</b>        | <b>TINTA PARA TECIDO - Pote 250ml</b>                   | UNIDADES | 250  | 12,64 | 3.160,00              |
| <b>A136</b>        | <b>TINTA RELEVO - 35ML</b>                              | UNIDADES | 25   | 4,79  | 119,75                |
| <b>A137</b>        | <b>TINTA SPRAY - 350ml/250g</b>                         | UNIDADES | 270  | 16,94 | 4.573,80              |
| <b>A138</b>        | <b>TNT COM GLITTER - 40g 1,40 largura</b>               | METROS   | 230  | 34,84 | 8.013,20              |
| <b>A139</b>        | <b>TNT CORES E ESTAMPAS DIVERSAS - 40g 1,40 largura</b> | METROS   | 2700 | 9,51  | 25.677,00             |
| <b>A140</b>        | <b>TORÇAL DOURADO - 5mm c/ 10mt</b>                     | ROLOS    | 40   | 29,08 | 1.163,20              |
| <b>A141</b>        | <b>VELCRO 25MM - Peça 5m</b>                            | UNIDADES | 16   | 66,79 | 1.068,64              |
| <b>VALOR TOTAL</b> |                                                         |          |      |       | <b>R\$ 242.220,14</b> |

**OBS: FAVOR INFORMAR MARCAS PARA OS PRODUTOS.**

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA:**

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

## ANEXO III

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 305/2026**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026**

**TIPO – MENOR PREÇO GLOBAL**

\_\_\_\_\_(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), \_\_\_\_\_(CNPJ Nº), sediada no  
(a) \_\_\_\_\_  
(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no  
procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

## ANEXO IV

### MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**CONTRATO Nº XXX/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026**

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO  
DE MATERIAIS, POR MEIO DA SECRETARIA  
DE XXXXXXXXXXXXXXXX E A EMPRESA\_\_\_\_\_.

**O MUNICIPIO DE GLÓRIA** Estado da Bahia, Entidade de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ nº. 14.217.335/0001-70, com sede na Av. Ernesto Geisel, nº. 48, Centro, Glória – BA, neste ato representada Legalmente pela Exma. Sra. **Ena Vilma Pereira de Souza Negromonte**, portadora da Cédula de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, neste ato representada por seu Secretário xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e como **CONTRATADA**, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida xxxxxxxxxxxx, representado(a) pelo(a), Senhor(a) xxxxxxxxxxxx, portador(a) da Cédula de Identidade nº. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e CPF nº. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº xxx/2026, Tipo **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**, que se regerá pelas suas normas, pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de Pregão Eletrônico nº xxx/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para Aquisição de Materiais de Consumo e Expediente para Atender às Necessidades da Organização do Desfile Cívico de 07 de setembro de 2026 no Município de Glória – BA, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência, Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, à proposta vencedora e eventuais anexos dos documentos supracitados; independentemente de transcrição. Segue tabela em anexo da descrição da prestação do serviço.

#### **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., na forma dos artigos 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por interesse das partes, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado e observados os seguintes requisitos:

**2.1.1.** Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

**2.1.2.** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

**2.1.3.** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

**2.1.4.** Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

**2.1.5.** Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

**2.1.6.** Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

2.1.7. Seja verificado a regularidade fiscal do contratado, através do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitindo as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (art. 92, IV)

3.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pelo CONTRATADO, os materiais que serão empregados são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

5.7. A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, a saber: \_\_\_\_\_, inscrita na matrícula sob o n. \_\_\_\_\_, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 14.133/21, conforme detalhado no Termo de Referência.

5.8. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.8.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.8.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.8.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.8.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

5.8.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.9. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário:

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

**5.9.1.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**5.10.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**5.10.1.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**5.10.2.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**5.11.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

**5.12.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**5.13.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**5.13.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

### **6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO**

**6.1.** O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

**6.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**6.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

**7.1.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

**7.1.1.** não produzir os resultados acordados,

**7.1.2.** deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**7.1.3.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

#### **Do recebimento**

**7.2.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, de acordo com Termo de Referência, mediante comunicação escrita do contratado de término da execução, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo

**7.2.1.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**7.2.2.** O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

**7.3.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

**7.3.1.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**7.3.2.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis, quando for o caso.

**7.3.3.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.4.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.5.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo não superior a 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**7.5.1.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao CONTRATADO, por escrito, as respectivas correções;

**7.5.2.** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**7.5.3.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**7.5.4.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos ou outro indicado para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.7.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

**7.9.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**7.10.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.11.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**7.12.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta própria do Município, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**7.13.** A Administração deverá: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

**7.14.** Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.15.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.16.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.17.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### **Prazo de pagamento**

**7.18.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

**7.19.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice no IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

**7.20.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.21.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.22.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.22.1.** Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

**7.22.2.** Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e,

**7.22.3.** Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação pertinente.

**7.22.3.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.23.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE**

**8.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**8.1.1.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice no IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**8.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**8.3.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**8.4.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**8.5.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**8.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**8.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.

### 9. CLÁUSULA NONA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**9.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

|                      |                                                                                                                                                          |
|----------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Órgão:               | 03.09.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO<br>03.09.53 - FUNDEB                                                                                                   |
| Atividade:           | 2065 – GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO;<br>2067 – GESTÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO<br>2041 – GESTÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL-FUNDAMENTAL 30% |
| Elemento da Despesa: | 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO                                                                                                                           |
| Fonte:               | 1500/1550/1540/1542                                                                                                                                      |

**9.2.** No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DO CONTRATADO

**10.1.** Constituem obrigações da CONTRATANTE: (art. 92, X, XI e XIV)

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, seus anexos e os termos de sua proposta;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- A Administração terá o prazo de 30 (trintas) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

- k) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- l) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- m) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 10.2. **Constituem obrigações do CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII):**

- a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- b) Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- c) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
- e) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- f) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- h) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- i) O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- j) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- k) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- l) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- m) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- n) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

- o) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- p) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- q) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- r) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- s) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- t) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- u) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- v) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- w) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

**11.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**11.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**11.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**11.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**11.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**11.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**11.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**11.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**11.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**11.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

**11.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**11.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**11.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

**12.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**13.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 0,5% a 30% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**13.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**13.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**13.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a natureza e a gravidade da infração cometida;

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**13.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**13.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**13.12.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a quitação das multas aplicadas em definitivo.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

**14.1.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**14.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**14.3.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

**14.4.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**14.4.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**14.4.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**14.4.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.5.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**14.5.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**14.5.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**14.5.3.** Indenizações e multas.

**14.6.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES

15.1. É vedado ao CONTRATADO:

15.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

15.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, **segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos**.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paulo Afonso/BA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

19.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

GLÓRIA - BA, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA  
REPRESENTANTE – XXXXXXXX  
PREFEITA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXX  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
EMPRESA  
REPRESENTANTE - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CARGOS RESERVADOS PREVISTO EM LEI

\_\_\_\_\_(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), \_\_\_\_\_(CNPJ Nº),  
sediada no (a) \_\_\_\_\_ (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que  
a empresa possui a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da  
Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art.  
93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

## ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A signatária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável legal \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, declara par aos devidos fins do disposto no art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

**Sim( )**

**Não ( )**

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA-BA

## ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA

Declaro, sob as penas da Lei, que a empresa: \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_ cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34.

Representante Legal